

Precedente indica votação secreta no conselho

Luiz Estevão enfrentou o voto secreto em todas as etapas do processo no qual foi cassado

O único precedente de cassação de um senador por quebra de decoro parlamentar – o caso de Luiz Estevão – pode ser um indicativo de que a votação do relatório, hoje, será secreta. Em todas as etapas – no Conselho de Ética, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário –, os parlamentares votaram sigilosamente. A decisão para o caso dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) só será anunciada hoje, durante a sessão, que começa às 10 horas.

A pouco menos de um ano, os membros do Conselho de Ética, votavam o parecer do relator Jefferson Péres (PDT-AM), que pediu a cassação dele. Foram sete horas de sessão. Em quatro delas, Estevão e dois advogados exerceram a defesa, mas não conseguiram mudar a análise dos parlamentares. O parecer recebeu 11 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. A votação no Conselho de Ética ocorreu no dia 14 de junho do ano passado. Quinze dias depois, o senador foi cassado em plenário.

Estevão, supostamente, está envolvido no contrato superfaturado e no desvio de R\$ 169,5 milhões dos R\$ 263 milhões de recursos públicos para o Fórum Trabalhista de São Paulo. O ex-parlamentar é acusado de peculato, corrupção ativa, estelionato, formação de quadrilha, falsidade ideológica e uso de documento falso.

Mentiras – Nos corredores do Congresso, nos dias em que os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) depuseram, muitos parlamentares que integram o conselho comentaram, diversas vezes, que não se podia deixar de cassar ACM e Arruda, que mentiram sobre a violação do painel, porque Estevão havia sido cassado, justamente, por suas mentiras.

Entre outras coisas, o ex-senador afirmou que seu relacionamento com os empresários responsáveis pela fraude das obras do fórum era “superficial”. Depois de o Estado divulgar o documento em que ele consta como dono da Incal Incorporações – contratada para a obra do fórum –, Estevão confirmou que chegou a ter 90% das ações, mas desistiu do negócio em questão de horas.

Depois do Conselho de Ética, o pedido de perda de mandato foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também em votação secreta, por 15 votos a 5. No plenário, o placar apontou 52 votos favoráveis, 18 contrários e 10 abstenções.

Estevão tornou-se o primeiro senador cassado pelos parlamentares. Antes disso, só ocorreram cassações no período do regime militar e não por iniciativa de senadores. A inelegibilidade por 14 anos e meio faz com que o ex-senador só possa voltar a concorrer a cargos públicos a partir das eleições municipais de 2016.